

**A. I. Nº** - 279804.0001/14-4  
**AUTUADO** - FACOM- COMÉRCIO DE MOVÉIS LTDA. - EPP  
**AUTUANTE** - AUGUSTO JORGE LIMA MOREIRA  
**ORIGEM** - INFAZ JUAZEIRO  
**INTERNET** - 22.08.2014

#### 5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF Nº 0147-05/14

**EMENTA:** ICMS. ARQUIVOS MAGNÉTICOS. FALTA DE ENTREGA NOS PRAZOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO. Documentos anexados aos autos comprovam que o contribuinte não enviou os arquivos no prazo estabelecido no *Art. 259 RICMS/BA*. Infração caracterizada ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. **a)** RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO. **b)** FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Não acolhido o pedido de redução do valor do imposto a recolher, dada a sua condição de empresa de pequeno porte. Não preenchidos os requisitos previstos no art.274 do RICMS/BA/12. Rejeitada a preliminar de nulidade suscitada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 26/03/2014, exige ICMS no valor de R\$45.359,38, além de multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de R\$11.040,00, em decorrência do cometimento das seguintes infrações à legislação do ICMS:

INFRAÇÃO 1. Falta de entrega de arquivo magnético, nos prazos previstos na legislação, o qual deveria ter sido enviado via internet através do programa Transmissão Eletrônica de dados (TED), nos meses de maio a dezembro/2013 - R\$11.040,00.

INFRAÇÃO 2. Recolhimento a menor do ICMS, antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação adquiridas com fins de comercialização, nos meses de fevereiro a novembro de 2013, no valor de R\$39.793,06, acrescido da multa de 60%.

INFRAÇÃO 3. Falta de recolhimento do ICMS, antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação adquiridas com fins de comercialização, nos meses de janeiro e fevereiro de 2013, no valor de R\$5.566,32, acrescido da multa de 60%.

O autuado apresentou impugnação (fls. 25/26), requerendo inicialmente a nulidade da infração 01 por entender que a obrigatoriedade da Transmissão Eletrônica de dados (TED) é dirigida aos contribuintes com faturamento/ano no exercício anterior superior a R\$360.000,00, conforme art. 256, II do RICMS/12.

Afirma que o seu faturamento naquele período não ultrapassou R\$360.000,00, de acordo com a sua Declaração de Informações Sócio Econômicas e Fiscais (DEFIS), que anexou às fls.31/34, assim como a cópia da Declaração de Enquadramento de ME para EPP efetuada em 24 de janeiro de 2013.

Entende assim, descabida a infração uma vez que não houve ocorrência de prejuízo à fazenda estadual nem agiu de má fé em decorrência das informações não prestadas.

Em relação às infrações 1, 2 e 3, aduz que após análise do relatório emitido pela SEFAZ observou equívocos na apuração dos cálculos pois não foi concedido os descontos de 20% e 60%, em razão da empresa ser uma EPP, "*constituindo declaratórios os débitos das infrações de ICMS*" e irá

requerer um parcelamento.

O autuante, em sua informação fiscal às fls. 45/46, diz em relação à infração 1, que o contribuinte é uma EPP enquadrada em 25/01/2013 e que entregou os arquivos magnéticos de jan/2013 a abril de 2013, conforme Relação dos Arquivos recepcionados à fl. 08 do PAF. Conclui que o o mesmo estava obrigado a entregar os arquivos magnéticos e não o fez.

Em relação às infrações 1 e 2, diz que a autuada não contesta a autuação, inclusive informa que irá requerer um parcelamento, portanto, no seu entendimento, inexistente controvérsia.

Finaliza opinando pela manutenção integral do Auto de Infração.

## VOTO

O defendente apresentou suposta preliminar de nulidade em relação a infração 1 que diz respeito a falta de envio do arquivo magnético via Internet, através de programa Transmissão Eletrônica de Dados (TED). alegando que no exercício anterior o seu faturamento não ultrapassou R\$360.000,00 e por esta razão não estaria obrigado a apresentar os referidos arquivo magnético, conforme previsão contida no art. 259, II do RICMS/2012, e que somente foi enquadrado como Empresa de Pequeno Porte em 24/01/2013.

Primeiramente esclareço que este fato caso fosse verdadeiro não implicaria em nulidade do lançamento da autuação tendo em vista que não se enquadraria nos motivos elencados nos incisos I a IV do art. 18 do RPAF/99.

Ademais, observo que inexistente nos autos a existência de vícios formais que comprometam a eficácia da autuação fiscal pois a descrição dos fatos foi efetuada de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada, e não foi constatada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, razão pela qual rejeito a preliminar de nulidade suscitada.

No mérito, observo que o defendente não contesta a falta de entrega dos arquivos magnéticos. Argumenta que não estava obrigado a fazê-lo pelo motivo anteriormente relatado, ou seja, que o seu faturamento no exercício anterior foi inferior a R\$360.000,00 e que somente foi enquadrado como Empresa de Pequeno Porte em 24/01/2013.

De acordo com pesquisa realizada no sistema INC desta Secretaria observo que o contribuinte anteriormente a 25/01/2013 encontrava-se realmente inscrito na condição de microempresa, passando a empresa de pequeno porte a partir daquela data, o que significa dizer que no exercício anterior (2012) a mesma auferiu receitas superiores a R\$360.000,00, razão pela qual foi enquadrado como empresa de pequeno porte, conforme estabelecido no Capítulo II, art. 3ª da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

*Art. 3 º-Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:*

*I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);*

*II - no caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais)*

Portanto, a partir daquela data, 25/01/2013, o sujeito passivo estava obrigada a fazer a entrega dos arquivos magnéticos, conforme previsto no art. 259, II do RICMS/2012, citado pelo próprio sujeito passivo. E assim foi o seu procedimento nos meses de janeiro a abril de 2013, conforme se observa nos documentos de fl. 08. A partir do mês de maio/2013 deixou de fazê-lo, razão pela qual foi exigida corretamente a multa pela falta de entrega dos mencionados arquivos, consequentemente julgo Procedente esta Infração.

As infrações 2 e 3 são decorrentes do recolhimento a menos do ICMS antecipação parcial e a falta de recolhimento do ICMS antecipação parcial, respectivamente. O autuado apresentou o seu inconformismo apenas alegando que o autuante não considerou o benefício da redução a que faz jus a empresa por ser inscrita na condição de EPP, para pagamento do ICMS antecipação parcial, como é o seu caso.

Não assiste razão o contribuinte isso porque, nos termos do art. 274, do RICMS/BA/12, a seguir transcrito, a condição indispensável para que o contribuinte inscrito na condição de pequeno possa fazer jus a redução do valor do imposto a recolher, é de que o recolhimento seja feito tempestivamente, o que não foi o caso, já que o imposto não foi recolhido no prazo regulamentar. Infrações caracterizadas.

*Art. 274. No caso de antecipação parcial decorrente de aquisições efetuadas por contribuintes enquadrados na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, independentemente da receita bruta, fica concedida uma redução de 20% (vinte por cento) do valor do imposto apurado, na hipótese de o contribuinte recolher no prazo regulamentar, não cumulativa com a redução prevista no art. 273.*

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **2798040001/14-4**, lavrado contra **FACOM-COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$45.359,38**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor total de **R\$11.040,00**, prevista no inciso XIII-A, “j”, do mesmo diploma legal citado, com os acréscimos moratórios previstos pela Lei nº 9.837/08.

Sala das Sessões do CONSEF, 31 de julho de 2014.

TOLSTOI SEARA NOLASCO - PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ - RELATORA

VALTÉRCIO SERPA JUNIOR - JULGADOR